

“Um apostolado intelectual”: Leonel Franca e a geração de intelectuais católicos (1918-1948)

EDISON LUCAS FABRICIO*

Introdução

Leonel Edgar da Silveira Franca nasceu em 1893, o mesmo ano de nascimento de Alceu Amoroso Lima, aquele que viria a ser conhecido como um dos maiores intelectuais católicos do Brasil. Este também foi o ano de nascimento de Heráclito Sobral Pinto, que também seria conhecido como um dos advogados católicos de maior prestígio no século XX, perseguido e preso por duas ditaduras, a varguista de 1937 e a militar de 1964. Estes três intelectuais não estavam unidos apenas pelo ano de nascimento, mas também pela amizade que desenvolveram, pela fé católica que abraçaram e pelo sentido de missão que o adotaram em suas trajetórias na tarefa de recristianizar o Brasil.

A última década do século XIX havia sido particularmente difícil para a Igreja Católica. A Proclamação da República e a oficialização da separação da Igreja e Estado deixaram a Igreja Católica órfã dos dividendos antes previstos no orçamento imperial. No entanto, a separação também significou o início do processo “construção institucional”. Para Sergio Miceli, esta nova fase da história da Igreja Católica no Brasil foi marcada pela estruturação da instituição a partir das orientações da Santa Sé, processo complexo também conhecido como romanização, e pelos desafios colocados no interior da própria sociedade brasileira. Para Miceli, o movimento de “construção institucional” congregou uma “série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa, do mundo contemporâneo”. No Brasil, a postura da Igreja seria, naquele momento, “marcadamente patrimonialista”. Por este motivo, urgia ter em cada Estado da federação pelo menos uma diocese. Se no período imperial havia apenas 10 dioceses em todo o território nacional, nas quatro décadas que vão de 1890 até 1930 “foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados aproximadamente 100 bispos”. (MICELI, 1988: 12, 13, 59). “A separação não significou uma ruptura com

* Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em História, bolsista CAPES.

os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas dos investimentos da igreja”, mas produziu uma “estadualização do poder eclesiástico”. Os governos estaduais não podendo arcar com os encargos financeiros e institucionais de criação de escolas e de formação de um corpo docente legaram em muitas situações esta tarefa à igreja e as ordens religiosas. Desta forma, cediam terrenos ou emprestavam prédios em condições vantajosas e concediam subsídios financeiros na forma de bolsas de estudos, convênios e sobretudo matriculando seus próprios filhos nas instituições de ensino da igreja. (MICELI, 1998: 14, 21).

Este contexto de construção institucional e de reaproximação entre Igreja e Estado teve na pessoa de Leonel Franca um dos elos mais importantes. Uma das marcas mais importantes da arregimentação do laicato para a Ação Católica foi a concentração de forças na formação de uma elite intelectual católica e leiga. É neste espaço que a pessoa de Leonel Franca ganha centralidade, como orientador de uma geração de intelectuais e mediador entre as demandas eclesiais e os imperativos do governo Vargas.

Neste texto buscar-se fazer uma aproximação com as noções e conceitos construídos por Pierre Bourdieu para a compreensão da formação e reprodução de elites, sejam elas eclesiásticas ou culturais. Desta forma, será de grande relevância suas noções e conceitos de trajetória, capital social e cultural, *habitus*, etc. Inicialmente é importante compreender que Bourdieu tem uma visão multidimensional do mundo social, o que equivale dizer que o mundo social é dividido em vários campos com relativa autonomia, como o político, o econômico, o jurídico, o religioso e outros. Vários autores têm enfatizado as dificuldades de aplicar esquemas analíticos pensados para países centrais em países periféricos, marcados sobretudo pela escassa especialização e autonomia. Em países como o Brasil, que na década de 1930 passou por um processo de fortalecimento e centralização do Estado, as fronteiras entre os campos parecem borradas. A necessidade de uma lógica própria, de um conjunto de princípios de concorrência, formas de hierarquização, próprio da estruturação de um determinado campo, estariam ausentes ou pouco perceptíveis em “sociedades como a brasileira, fortemente marcada pela interpenetração de diversas esferas sociais. (SEIDL, 2003: 36; CORADINI, 2003: 126). Posto isto, torna-se mais compreensível as ingerências da hierarquia católica sobre a esfera política, jurídica e educacional. Especialmente em tais esferas, Leonel Franca teve um papel de grande relevância.

Para compreender a história de Leonel Franca é elucidativo operar com a noção de trajetória proposta por Bourdieu. Para este autor, a trajetória é vista “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. (2009, p. 190). Uma trajetória, na sua visão, deve ser compreendida no interior de um campo social à medida ela se desenvolve no conjunto de relações que a une como agente a outros agentes de um mesmo campo com seus diversos capitais (simbólico, cultural, econômico, político) e estratégias de emprego dos mesmos.

Assim, a trajetória de Leonel Franca será aqui percebida nas inter-relações estabelecidas desde a infância com a cultura no ambiente familiar, com os investimentos e recursos escolares, com as instituições de ensino frequentadas. O exame cuidadoso das relações familiares pode elucidar o capital de relações angariado no mundo social. Este capital social funciona como passaporte para várias oportunidades de ascensão social ou conquista de posições de prestígio. Assim, no caso Leonel Franca, além de considerar o capital econômico da família, é preciso atentar para o capital social, os recursos escolares e o capital cultural adquirido.

Leonel Franca, a infância, a formação escolar e o magistério

Leonel Franca nasceu em 1893, na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, sendo o terceiro filho de uma família de 9 irmãos. No mesmo ano do nascimento de Leonel Franca, por ocasião da morte de um dos filhos e adoecimento de outro, a família retornou para o local de origem, a Bahia. O pai, Dr. Justino da Silveira Franca, era engenheiro civil e chegou aos postos de professor da Escola Politécnica e inspetor da Viação do Estado da Bahia. Assim, pode-se dizer que Leonel Franca nasceu em uma família com relativo capital econômico.

A mãe de Leonel Franca era Maria José de Macedo Costa. Pelo lado materno, Franca tornou-se sobrinho de D. Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, do qual também recebeu o sacramento do batismo. Ter um tio bispo neste período era algo raro no Brasil, existia pouco mais que uma dezena de bispos antes do fim do Regime de Padroado. Ademais, Dom Macedo Costa não era um bispo comum, seu envolvimento na Questão Religiosa o tornou uma das personagens mais emblemáticas do catolicismo no Brasil. Não se pode ignorar que a relação pode ter sido utilizada como um trunfo no

ingresso à vida sacerdotal. Leonel Franca, à imagem e semelhança de Dom Macedo, também teria uma trajetória marcada pelo contato próximo ao Estado, ora divergindo na defesa irrestrita da Igreja Católica e ora colaborando. Assim, de forma indireta é possível ver em Franca um herdeiro de Macedo Costa.

A entrada de Leonel Franca num colégio católico e a futura adesão à carreira sacerdotal coloca em evidência a própria produção e reprodução do corpo eclesiástico. Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin assinalam que na impossibilidade estatutária do clero reproduzir-se biologicamente, esta tarefa recai sobre a família cristã. “Não estando a Igreja em posição de produzir completamente as condições de sua própria eficácia simbólica, depende da família cristã para a produção do *habitus* cristão, e então, para a reprodução do corpo clerical”. (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 2009: 147; SEIDL, 2003: 23). Assim, não é fortuito que numa família com fortes vínculos junto ao catolicismo dos nove irmãos quatro sejam enviados a um colégio católico e dois tornem-se sacerdotes.

A morte da mãe, em 1905, fez com Leonel e seus irmãos, Leopoldo e Leovigildo, fossem internados no Colégio Anchieta, dirigido pelos padres jesuítas, na cidade de Friburgo, no Rio de Janeiro. O biógrafo de Franca enfatiza que a intermediação de Dom Macedo Costa foi fundamental no processo. O colégio era uma tradicional instituição de ensino de elite fundado pelos jesuítas ainda no século XIX. Em suas salas de aula passaram alunos que se tornariam intelectuais nacionalmente ilustres, como o poeta Carlos Drummond de Andrade, o político comunista Astrojildo Pereira, o jurista Heráclito Sobral Pinto, e outros. Sergio Miceli assinala que o Anchieta, ao lado do São Leopoldo e do Caraça, era o colégio de maior prestígio do país.

Ao adentrar ao colégio, em 1906, logo Franca aderiu à Congregação Mariana, instituição com forte apelo devocional. No ano de 1908, com 15 anos de idade, após uma crise de endocardite decidiu pedir sua inserção na Companhia de Jesus. Nos anos de colégio Franca obteve distinção no estudo de idiomas, principalmente das línguas inglesa, alemã, francesa, e em latim e grego. De igual forma recebeu distinção nas disciplinas de Física, Química e História. Entre 1911 e 1912, seguindo as orientações da *Ratio Studiorum*, Franca realizou o curso de Letras (Humanidades e Retórica) ainda no Brasil. É difícil avaliar o impacto da educação jesuítica no itinerário de Franca, mas é possível que tenha deixado marcas indeléveis no *habitus* de Franca. Muitas fases e momentos pontuais de sua trajetória só podem ser compreendidos à luz de sua primeira

educação e dos efeitos método pedagógico dos jesuítas. É o caso das diversas disputas ou polêmicas intelectuais que trava na imprensa carioca com adversários da Igreja Católica.

Ao findar o curso de Letras, Leonel Franca, e todos os que passam por este processo, tinham diante de si a continuação da formação em Filosofia e Teologia. Sergio Miceli assinala que este é um momento de corte na formação religiosa, para aqueles que tinham “pistolões dentro e fora da organização”, e que “davam mostras de perseverança na carreira eclesiástica”, o caminho natural era o envio a seminários maiores, mas nas situações em que não continuassem a demonstrar empenho intelectual ou não demonstrassem propensão “a dilatar o período de estudos, estavam desde logo fadados a permanecer a vida inteira como párocos ou vigários”. Os demais podiam momentaneamente ocupar tais cargos, mas logo eram alçados a posições mais prestigiosas ou a postos de docência, na época mais reconhecidos que as ocupações pastorais. (MICELI, 1988: 114)

Ao findar o ano de 1912 já estava em Roma para os estudos de Filosofia na Universidade Gregoriana (PUG). Como lembra seu biógrafo, a Gregoriana é a “mãe das universidades eclesiásticas”, e para “ali acorrem estudantes de todas as nações católicas para se formarem com os melhores mestres da Companhia de Jesus”. (D’ELBOUX, 1952: 59). Estudar com os melhores mestres e no centro da Cristandade gerava nos jovens que acorriam a Roma a convicção da excelência e da “raridade de sua competência no mercado local do trabalho religioso”, onde faziam “valer suas pretensões aos postos mais cobiçados e mais condignos às suas expectativas e aos investimentos custosos de que se haviam beneficiado”. (MICELI, 1988: 122). No entanto, a passagem pelo exterior para realizar a formação religiosa não era comum à maioria dos candidatos aos altos postos eclesiásticos. A pesquisa de Sergio Miceli sobre a elite eclesiástica na República Velha aponta que dentre os 79 religiosos que chegaram ao episcopado há registros de apenas 26 que realizaram estudos no exterior. Neste período

Aqueles encaminhados a Roma eram, via de regra, escolhidos pelos bispos diocesanos após consultas aos reitores e diretores espirituais dos seminários. Também pesavam no processo de seleção dos “melhores” a intercessão de parentes bem situados na alta hierarquia eclesiástica, ou, então, os empenhos das famílias ricas dispostas a financiar o estágio no exterior. (MICELI, 1988: 119)



Este primeiro momento de circulação internacional foi fundamental na trajetória de Leonel Franca, pois oportunizou uma formação religiosa e intelectual distinta. Para Seidl, a circulação internacional aparece como “trunfo clássico entre as estratégias de legitimação e consagração social de frações sociais abastadas” e não raro apresenta-se como uma forma de “aquisição de algum tipo de competência relativamente rara em seus países nativos”. No caso específico da Igreja Católica “a precariedade na oferta de estudos básicos de filosofia e teologia e a inexistência de cursos em nível de pós-graduação até os anos 1970 fizeram da passagem por Roma (e em menor escala, por outros países centrais) uma injunção às necessidades institucionais de formação de futuros dirigentes afinados com as diretrizes hierárquicas e intelectualmente distintos”. (SEIDL, 2009).

Os estudos de Teologia de Leonel Franca findaram no ano de 1915. No dia 28 de maio Franca prestou seu exame de *Universa Philosophia*, sendo aprovado e em junho, numa viagem de 30 dias, retornava ao Brasil em meio ao temor dos navios de guerra. Ao chegar ao Brasil Leonel Franca tinha pela frente a realização do magistério. O magistério é o período de prática pedagógica entre o curso de Filosofia e o curso de Teologia na Companhia de Jesus. Assim, de 1915 a 1920, no Colégio Santo Inácio, Franca se ocupou das disciplinas de Religião, Física, Química, História Natural, Álgebra, Geometria.

A produção intelectual

Antes de descrever as condições sob as quais foi produzida a obra intelectual de Leonel Franca, é importante abrir um espaço para destacar algumas noções importantes para a história e a sociologia dos intelectuais e das obras. A primeira grande referência é trabalho de Christophe Charle sobre os intelectuais enquanto uma categoria social na França. Para Charle, assim como para Bourdieu, o *affaire Dreiuuffus* constitui um corte na história dos intelectuais, eles agora “reivindicavam um poder simbólico e uma identidade coletiva sancionados pela aparição do novo termo”. Charle assinala que os intelectuais podem ser “definidos como os profissionais da produção dos bens simbólicos”. (CHARLE, 2003: 142). Esta ampla categoria social, em fins do século XIX, seria composta de homens de letras, cientistas, jornalistas, professores, escritores.

Jean François Sirinelli é um dos autores franceses que melhor simboliza a estruturação deste novo campo de investigações. Para Sirinelli, é preciso deter-se no papel dos intelectuais na sociedade, produzindo uma história de seus espaços de sociabilidade, de publicação e circulação, de suas petições e seus manifestos. A proposta de Sirinelli é fazer uma história intelectual que seja ao mesmo tempo uma “arqueologia, geografia e genealogia” dos intelectuais.² Arqueologia pela busca das solidariedades originais e das estratificações geracionais, geografia pela iluminação dos lugares e das redes de produção cultural e genealogia para elucidar as filiações que vinculam ao passado. Este modelo mobiliza três ferramentas: o estudo dos itinerários, as gerações e as estruturas de sociabilidade. (DOSSE, 2007: 45).

Ainda no aspecto metodológico é importante destacar a perspectiva adotada por Pierre Bourdieu. Para este autor a interpretação de uma obra e de um autor deve evitar uma série de enganos, é preciso rejeitar como vias únicas de interpretação, tanto a perspectiva da hermenêutica interna, quanto a intertextualidade e a análise essencialista da filosofia da biografia.

A teoria do campo realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre biografia individual e a obra (ou entre a “classe social” de origem e a obra) como a análise interna de uma obra em particular ou mesmo a análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo. [...] Isso implica que todas as oposições que costumam ser feitas entre o interno e o externo, entre a hermenêutica e a sociologia, entre o texto e o contexto são totalmente fictícias; elas se destinam a justificar recusas sectárias, preconceitos inconscientes (e sobretudo o aristocratismo do *lector*, que não deseja sujar as mãos estudando a sociologia dos produtores) ou, simplesmente, a busca do menor esforço. (BOURDIEU, 1990: 177, 178).

Dito isto, é possível avançar na descrição da trajetória de Leonel Franca e deste ponto em diante na sua produção intelectual. Em 1918, aos 25 anos de idade, Franca iniciou sua produção literária com a obra *Noções de história da filosofia*, um dos pioneiros neste gênero. A obra tinha o objetivo de inicial de subsidiar os estudantes que cursavam as faculdades de Direito. A segunda edição do livro, de 1921, foi acrescido de quase 100 páginas sobre a filosofia no Brasil. Na sétima edição (1940) teve um acréscimo de 50 páginas sobre a filosofia contemporânea. Em 1952, o biógrafo de Franca avaliava que o livro teria contribuído de forma significativa para a “formação da

² Sobre as proposições metodológicas de Sirinelli ver: SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996; SIRINELLI, Jean-François. *Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels*. Vingtième Siècle, Revue d’Histoire, v. 9, n. 9, p. 99, 1986.

intelectualidade brasileira, sendo adotado como texto, mesmo em estabelecimentos não católicos”. (D’ELBOUX, 1952: 85). Até 1990 este livro tivera 24 edições. No ano de 1919 também veio a público *Apontamentos de Química Geral*, para estudantes do ginásio. Este também teve fôlego para 10 edições, sendo adotado inclusive pelo prestigiado Colégio Pedro II.

Todavia, seus livros mais polêmicos viriam ao longo dos anos 20. Este período foi marcado por seu retorno à Roma para concluir seus estudos na Gregoriana, desta vez o curso de Teologia. Franca lembra que ao chegar a Roma teria ido ouvir o Papa e na ocasião Franca assistiu uma homenagem ao Cardeal Bellarmino, que o Papa chamou de o “príncipe dos controversistas”. No período que Leonel Franca estava em Roma veio ao público no Brasil o livro *O problema religioso da América Latina*, do gramático e pastor protestante Eduardo Carlos Pereira, com severas críticas ao catolicismo. É no ano de 1923 que Franca, com seu o terceiro livro, *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, pronuncia a primeira réplica ao protestantismo e inaugura sua produção polemista. A polêmica ou controvérsia³ seria uma fase importante na obra de Franca e foi também uma das marcas de seu tempo, sendo o cardeal Berllarmino, mencionado acima, uma referencia. No início do livro Franca declara: “ao amor ardente, leal e desinteressado com que estremecemos a nossa pátria devíamos esta insignificante, mas sincera contribuição dos nossos esforços na luta pela verdade”. (D’ELBOUX, 1952: 107). Em carta ao Pe. Madureira, superior dos jesuítas no Brasil, em outubro de 1922, Franca teria exposto seus motivos para a escrita da obra e os argumentos para a posterior publicação.

Muito provavelmente V.R. ouviu falar do livro *O Problema Religioso da América Latina*, do Sr. Eduardo C. Pereira. Soube do mal que ia fazendo este envenenado livro, tecido das mais ignóbeis calúnias contra a Igreja e também a Companhia. Li-o e fiquei indignado. Ótima ocasião para por minha pobre pena a serviço da Santa Igreja, que foi sempre minha maior ambição. [...] A “obrinha” é leitura fácil e corrente, bastante documentada e pode dar muita matéria a conferências, sermões; polêmicas de jornais, etc., etc. [...] Trata-se de uma obra de apostolado. A Companhia nasceu para combater o protestantismo. Até agora diante da sua invasão no Brasil ficamos de braços cruzados ou quase. O bem espiritual que se pode fazer não merece algum sacrifício pecuniário?. [...] O tom de polêmica com o nosso gramático pastor é um estímulo à curiosidade dos leitores. Toda gente gosta de ver briga... de galos, de touros, de gramáticos, de tudo. (D’ELBOUX, 1952: 107-108)

No trecho acima Leonel Franca não esconde suas veleidades e também seu conhecimento do funcionamento do campo intelectual. Assim, um livro poderia ser

³ Sobre a controvérsia como objeto da história intelectual ver o Mil neuf cent. Revue d’Histoire intellectuelle. Comment on se dispute. Les formes de la controverse. De Renan à Barthes. N° 25, 2007/1. Disponível em: <<http://cairn-int.info/revue-mil-neuf-cent-2007-1.htm>>

rentável, ou, pelo menos, não encalhar nas prateleiras, à medida que fosse polêmico e que conseguisse atrair a atenção do público para uma disputa. No trecho da carta também é possível identificar o tom de autocomiseração do inaciano ao colocar sua “pobre pena a serviço da Santa Igreja” ou mesmo em tratar seu livro como “trabalhinho” ou “obrinha”. Vencidas as dificuldades financeiras, o próximo passo era conseguir o *Imprimatur*. Esta foi outra ocasião em que é possível compreender a proximidade e o grau de confiança do Dom Sebastião Leme em relação à Franca. Na carta de Leme a Franca é possível perceber o capital simbólico acumulado por este último junto à mais alta autoridade eclesiástica do Brasil.

Meu caro Pe. Leonel Franca. Pelo nosso Pe. Giannella já sabia do seu livro e do valor dele. Sei mesmo que o M.R. Pe. Provincial – o meu querido Pe. Filograssi – quis pessoalmente ajuizar da obra e a achou excelente. Acresce que o autor se chama Leonel Franca. Tudo isso me vale mais que a opinião de cem censores. Não só autorizo a impressão, como bendigo o Senhor que lhe deu a idéia e as luzes necessárias para levá-la a efeito. (IDEM: 109)

A impressão do livro ocorreu na Itália, dos 2 mil exemplares editados, 200 deveriam ficar na Europa e 1800 seguir para o Brasil, onde seriam distribuídos pela Livraria Francisco Alves. Uma das primeiras impressões sobre o conteúdo do livro veio do amigo de Franca, Alceu Amoroso Lima, num longo artigo na Revista Ordem, e numa carta ao inaciano.

Devo dizer-lhe que a sua obra está fazendo um bem extraordinário ao país, e posso falar-lhe com autoridade no assunto, pelo simples motivo que não creio haja quem mantenha correspondência mais larga, mais complexa do que eu com todo o Brasil, pelo menos com todo o Brasil que anseia, sofre e quer libertar-se dos grandes males que lhe abastardam caráter e inteligência. (IDEM: 111)

O livro de Franca o tornou reconhecido e consagrado como autor entre a intelectualidade católica. Na Europa o livro ganhou apreciações elogiosas nas revistas católicas *Etudes*, *Civiltà Cattolica*, *Gregorianum*, *Razón y Fe*. As resenhas ou menções honrosas em revistas são elementos fundamentais para a exposição de um autor, e funcionam também como um termômetro da recepção de uma obra, uma resenha depreciativa pode marcar de forma indelével a trajetória de um autor ou mesmo frustrar o início de sua carreira de escritor. No Brasil, como se pode notar nas palavras de Alceu Amoroso Lima, o livro aparecia como uma extraordinária contribuição intelectual para a libertação do abastardamento da inteligência.

O livro de 1923 seria apenas o primeiro capítulo dessa história de embates intelectuais. Em 1924, mesmo com as dificuldades da doença cardíaca, Franca teria realizado os últimos exames na Gregoriana e recebido os títulos de doutor em Teologia

e Filosofia. Mesmo sob os efeitos da doença Franca não retornou ao Brasil, antes foi enviado para a Espanha para fazer a Terceira Provação, uma espécie de segundo noviciado de 10 meses, em que o sacerdote se recolhe para a meditação, o cultivo da piedade e de outras virtudes. Em agosto de 1925 Franca voltou finalmente ao Brasil.

No Brasil, o inaciano assumiu a cadeira de História da Filosofia no Colégio Anchieta, em Friburgo. Todavia, não demoraria em adentrar a mais uma polêmica, desta vez na imprensa carioca. Por ocasião da morte do cardeal belga Mercier surgiu no jornal Correio da Manhã um artigo de José Oiticica, prestigiado anarquista e professor do famoso Colégio Pedro II, sobre catolicismo e modernismo. A polêmica clerical e modernista levantada por Oiticica estendeu-se por um mês em 15 artigos. A refutação de Leonel Franca veio no livro *Relíquias de uma Polêmica*.

Até 1925 Leonel Franca produziu livros didáticos, um de filosofia e outro de química, e livros de apologética católica. A partir de 1925, com a disputa com José Oiticica, um dos intelectuais mais prestigiados do anarquismo no Brasil, Leonel Franca adentra realmente numa disputa intelectual propriamente dita, e não apenas religiosa. Este fato coloca a questão crucial da incoerência de ser clérigo e intelectual ao mesmo tempo. Jacques Juliard, pesquisador da história intelectual francesa, questiona se “intelectuais católicos” não é “uma contradição de termos”? Dado que a categoria social dos intelectuais, a partir do caso Dreyfuss, se funda na atividade crítica no não conformismo, no individualismo inveterado ou na adesão de fundamentos racionalistas, haveria lugar para os intelectuais no seio de uma instituição fundada na fé e no dogma definido por um magistério eclesiástico? (JULIARD, 1995: 5)⁴. Certamente no século XX, com pensadores como Jacques Maritain na França e Alceu Amoroso Lima no Brasil, é possível falar em intelectuais católicos, mas com o adjetivo leigo. A denominação “intelectual religioso” pode ser uma opção para a solução do dilema classificatório. Esta noção aplica-se a “agentes religiosos cuja relação com a ‘cultura’ e as instâncias produtoras de bens culturais, notadamente o universo editorial, lhes consolidaram posição estratégica no seio da esfera intelectual”, o que permite perceber uma “fração da elite de clérigos cujos trunfos são fundamentalmente intelectuais (culturais e escolares), mas se encontram, no entanto, fora da problemática propriamente ‘teológica’”. (SEIDL, 2003: 282). Nesta perspectiva, pode-se analisar a obra de Leonel

⁴ Sobre a história dos intelectuais católicos franceses ver o dossiê Naissance et mort de intellectuel catholique. In: Mil neuf cent. Revue d'Histoire intellectuelle. N° 13, 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/mcm_1146-1225_1995_num_13_1>



Franca a partir de 1925, composta não apenas de livros teológicos ou filosóficos, mas de uma produção que adentrava o Direito, a História, a Pedagogia e a Sociologia.

Por ocasião da publicação do livro de Franca refutando José Oiticica, Jackson de Figueiredo, na época um dos intelectuais católicos mais respeitados, escreve-lhe uma carta com as seguintes palavras:

Não avalia, o meu querido amigo, com que emoção acabo de ler o seu artigo sobre as incríveis leviandades intelectuais de José Oiticica ... Abençoada, abençoada a pena que assim sabe castigar, com tal fidalguia, e louvar, com tal justeza ... A lição, quem lha deu não tem rival em nosso meio. E é o que o Sr. precisa fazer mais vezes, tal como já lhe disse pessoalmente. A Companhia, de certo, compreenderá o que o Sr. pode fazer de bem ao Brasil contemporâneo, pois não há católico de senso que não saiba que ao Sr. cabe dirigir, neste momento, a atividade intelectual das novas gerações ... O Sr. tem uma grande obra a realizar e, para ela, afora a sua inteligência, cultura e caráter, a confiança dos moços. (Apud D'ELBOUX, 1952: 155)

Ao longo dos mais de 20 anos que permaneceu no Rio de Janeiro, desde seu retorno de Roma até sua morte em 1948, Franca realmente seria o dirigente da atividade intelectual das novas gerações como queria Figueiredo. Por ocasião da morte do jesuíta, Alceu Amoroso Lima, que viria a se tornar o maior intelectual católico do século XX, afirmaria que Franca “foi o centro de gravidade de nossa geração, a encruzilhada de nossos caminhos nesses últimos 20 anos. [...] Sua missão... foi por ordem em nossos espíritos inquietos e paz em nossos corações atormentados”. (IDEM: 368).

A evocação do fenômeno geracional por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso não é fortuita. Uma das marcas dos grupos ou comunidades intelectuais é a relação ou o elo de geração. Segundo Jean-François Sirinelli, um microcosmo intelectual frequentemente é marcado pelas “solidariedades de idade” que é um componente importante de uma geração. Esta pode surgir no interior de um grupo de jovens estudantes ou mesmo por ocasião de uma crise ou de um acontecimento que marca tal grupo e se torna o elemento fundante e de coesão da geração (SIRINELLI, 1986: 106-107).

Esta percepção geracional pode ser percebida nas palavras de Heráclito Sobral Pinto, participante do círculo intelectual de Franca e que viria a tornar-se um dos juristas mais célebres no Brasil: “Leonel Franca era meu amigo desde a infância, porque fomos contemporâneos no Colégio Anchieta, em Friburgo, onde ambos estudamos o curso secundário”. Sobral Pinto ainda assinala que a marcar dessa geração era a organização “para enfrentar o secularismo da cultura brasileira naquela época, o

objetivo foi introduzir no pensamento cultural do Brasil a orientação católica, a orientação evangélica, para mostrar que a fé é perfeitamente possível e compatível com a ciência” (apud CASALI, 1995: 160, 161).

Este processo de enfrentamento daquilo que entendiam ser o secularismo e o laicismo teve no início da década de 1920. Um dos nomes mais significativos deste período foi Jackson de Figueiredo, convertido ao catolicismo na década anterior. Sob a liderança de Figueiredo, com a anuência da hierarquia eclesiástica, foi criado o Centro Dom Vital, um dos espaços mais importantes da militância católica, que recuperava a memória do bispo que desafiou o Estado na Questão Religiosa. O Centro Dom Vital também editou a Revista Ordem, uma das principais ferramentas de propagação da cultura e do pensamento católico e “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”. (SIRINELLI, 2003: 249). Na Revista Ordem publicava um grupo heterogêneo de intelectuais, que tinha em comum o catolicismo e atuava nos mais diversos campos do conhecimento, como a teologia, filosofia, letras, jornalismo, história e ciências.⁵

Sergio Miceli assinala que o Centro Dom Vital e Revista Ordem fazem parte de amplo projeto de “rearmamento institucional da Igreja”. Não tratava-se apenas de diretrizes que emanavam do Vaticano, mas da “criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos”. Desde o início do século XX a sociedade brasileira havia passado por várias mudanças, como a ascensão do movimento operário, a surgimento do Partido Comunista, o movimento modernista, e a “tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos”. (MICELI, 2001: 127).

Quando Pe. Leonel Franca retornou ao Brasil, em meados da década de 20, foi logo nomeado pelo Cardeal Sebastião Leme para ser assistente eclesiástico em três instituições leigas importantes: o Centro D. Vital, a Sociedade Jurídica Santo Ivo e Ação Universitária Católica. Leonel Franca encarava a missão dada por Dom Leme como um apostolado intelectual, sua tarefa era fermentar tais grupos para a tarefa de restauração católica. Ao longo dos vinte anos que atuou junto aos meios intelectuais católicos Franca produziu vários livros. Além dos quatro já citados, pode-se incluir aqui

⁵ Alguns nomes mais expressivos. Leonel Franca, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Jônatas Serrano, Oliveira Viana, Pedro Calmon, Juarez Távora, Américo Lacombe, Hélio Viana, Heráclito Sobral, Jorge de Lima, Gustavo Corção, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, José Lins do Rêgo, Murilo Mendes, Carlos Lacerda, Carolina Nabuco, Adalgisa Nery, Henriqueta Lisboa, dom Helder Câmara, Antônio Calado, Carlos Chagas Filho. (PINHEIRO FILHO, 2007: 35).



os livros *Protestantismo e Catolicismo*, *Protestantismo no Brasil* (ambos frutos das continuadas polêmicas com pastores protestantes), *Ensino Religioso*, *Ensino Leigo*, *O Divórcio* *Psicologia da Fé*, *A crise do mundo moderno*, as traduções de *A Imitação de Cristo*, *Livros dos Salmos* e da *Ratio Studiorum* (o método pedagógico dos jesuítas).

Os livros sobre o ensino religioso e sobre o divórcio foram escritos em 1931 e faziam parte de um movimento político anterior. Desde 1928 já existia a Sociedade Jurídica Santo, seu objetivo era reunir juristas, professores de Direito e advogados católicos comprometidos com a difusão da doutrina da Igreja. No seu interior havia nomes de autoridades do Direito como Gustavo Barroso e o conde Afonso Celso. Por ocasião da Revolução de 1930,

a Sociedade Santo Ivo enviou uma delegação ao Presidente do Governo Provisório, oferecendo-lhe sua colaboração jurídica na reforma constitucional do país, e outra delegação ao Sr. Cardeal Arcebispo, colocando à sua disposição os préstimos profissionais dos membros para as reivindicações católicas nas ditas reformas (D'ELBOUX, 1952:182).

A ascensão de Vargas ao governo em 1930 produziu a expectativa de que Estado pudesse abrigar as demandas da Igreja, que por quarenta anos, desde 1891, foram em maior ou menor grau preteridas. A sinalização de Vargas pela convocação de uma Assembléia Constituinte causou alvoroço nos meios católicos e criou-se também a Liga Eleitoral Católica como fator de mobilização. É neste contexto, para além da assistência à Sociedade Santo Ivo, que Franca decide intervir com seu capital intelectual e escreve os livros “Ensino Religioso, ensino Leigo” e “Divórcio”. Tais obras, com rigor argumentativo e estatístico, forneciam subsídios para as atividades dos parlamentares.

A tradução da *Ratio Studiorum* realizada por Leonel Franca foi uma solicitação do próprio ministro da educação, Gustavo Capanema. Este livro é o marco de uma relação amistosa entre Franca e Capanema, e num sentido mais amplo entre Igreja e Estado. Pode-se dizer que Franca foi um elo importante entre a alta hierarquia eclesiástica e o Estado, por onde circulava e militava intelectual e politicamente. Para ter-se uma idéia do vulto de sua atuação basta enumerar seu trabalho na preparação de um esboço da concordata que seria firmada entre Brasil e Santa Sé no final da década de 1930 – que não chegou a ser assinada – como membro do Conselho Nacional de Educação, de 1931 até sua morte em 1948, como membro do IBGE, como consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional, como



elaborador do anteprojeto do Plano Nacional de Educação de 1937, membro da Comissão Nacional do Livro Didático e representante do governo brasileiro no campo da educação junto à UNESCO.

Considerações finais

“[...] quarto do Pe. Franca, grande centro de reunião de pensadores católicos”.
Américo Jacobina Lacombe.

O campo da história intelectual tem privilegiado o tema dos intelectuais engajados em processos de mudança cultural, principalmente quando tais intelectuais estão vinculados a projetos progressistas ou de esquerda. No entanto, é de grande relevância estudos mais apurados sobre intelectuais, ou elites intelectuais dos mais variados matizes. Neste sentido, a definição de intelectual de Sirinelli, que abarca os criadores e mediadores culturais engajados na vida da cidade, pode ser estendida aos pensadores católicos (SIRINELLI, 2003: 242).

No Brasil vários estudos têm enfatizado o papel dos intelectuais católicos. No entanto, existem pesquisas sobre a liderança intelectual de Leonel Franca sobre essa geração de intelectuais católicos leigos e engajados. Este estudo aqui apresentado pretende ser uma contribuição para suprimir esta carência. A descrição detalhada da trajetória social de Franca, desde seu universo familiar, passando pela formação escolar e religiosa e chegando à produção intelectual, é uma mostra dos recursos materiais, culturais e simbólicos agregados ao longo de uma série de investimentos e estratégias.

É preciso ressaltar que todo o projeto de restauração católica seria limitado se prescindisse dos intelectuais, eles foram o elo entre a hierarquia eclesiástica e o povo, foram os mediadores entre a Igreja e o Estado – mostrando inclusive os limites da laicidade. E é neste espaço que ganhou centralidade a figura de Leonel Franca, não apenas um clérigo comum, mas, sobretudo, um intelectual, para retomar as palavras de um de seus discípulos, o “centro de gravidade de nossa geração”.

Bibliografia



BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. La Sagrada Familia. El episcopado francés en el campo del poder. In: BOURDIEU, Pierre. **La eficacia simbólica: religión y política**. Buenos Aires: BÍblos, 2009.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARLE, C. Nascimento dos Intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p.141-156, set.2003.

CORADINI, Odaci L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Nº 32, 2003, pp.125-144.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**. História de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: PUV, 2007.

D'ELBOUX, Luiz G. S. **O padre Leonel Franca, S. J.** Rio de Janeiro: Agir, 1952.

JULLIARD, Jacques. Naissance et mort de l'intellectuel catholique. Les intellectuels catholiques. Histoire et débats. **Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle**, 13, 1995, p. 5-13.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PINHEIRO FILHO, Fernando. "A invenção da ordem": intelectuais católicos no Brasil. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v.19, n.1. p.33-49, jun. 2007.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem - uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945**. Belo Horizonte/MG: Autêntica/Fapesp, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996.

_____. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. **Vingtième Siècle, Revue d'Histoire**, v. 9, n. 9, p. 99, 1986.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, 2009.